

Mulheres de direita, imprensa e o golpe de 1964: a "marcha" noticiada

Eduardo dos Santos Chaves

Instituto Federal de Santa Catarina
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil
educhaves4@hotmail.com

Resumo: Neste artigo¹ analiso a maneira pela qual a grande imprensa brasileira noticiou a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, ocorrida em 2 de abril de 1964, na cidade do Rio Janeiro. Para tanto, primeiramente percorro a trajetória dos grupos femininos de direita, criados a partir de 1962, sobretudo a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), e as relações dessas associações de mulheres com alguns dos principais veículos de comunicação do Brasil. Num segundo momento verifico tanto os preparativos para a "Marcha", largamente noticiados pelos principais jornais do país, quanto a forma pela qual o ato público foi retratado pela imprensa. Entendo que os grupos femininos atuaram em conformidade com grande parte da imprensa da época, em mobilizações que colaboraram na formação de consensos em torno da desestabilização e da queda do governo João Goulart.

Palavras-chave: Imprensa. Direitas. Golpe de 1964.

Introdução

Convidamos às mulheres cariocas para uma manifestação cívica de fidelidade às liberdades democráticas que o comunismo tenta destruir em nosso país [...] A hora da reação é nossa pois temos ainda, graças à democracia, o direito de falar e o respeito dos homens. [...] Defendamos nossos lares, defendamos nossa pátria. Já começamos a luta. Vamos lutar por um saneamento no Brasil, por uma vigilância cívica, pois a nós é dada a grande responsabilidade de povoar com bons brasileiros a nossa querida pátria. Que cada mulher seja um baluarte da democracia, uma defensora da liberdade e uma agente de Deus (MULHERES, 1964, [s.p.]).

O trecho acima fez parte de um manifesto divulgado pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), nas páginas do jornal *Diário de Notícias*, em 22 de março de 1964, no qual convocava as mulheres cariocas para a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", marcada para o dia 2 de abril de 1964, na cidade do Rio de Janeiro.

¹ O presente artigo é resultado das discussões realizadas na disciplina "Imprensa e História", ofertada pelos professores Ricardo Souza Mendes e Lená Medeiros, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ), em 2020/2.

Imaginava-se um ato público em defesa da “democracia”, ameaçada pela “comunização”² do país, muito semelhante ao que ocorreu em São Paulo em 19 de março, quando parte da população foi às ruas marchar em resposta ao Comício da Central do Brasil ocorrido dias atrás³.

As marchas que tomaram o país, sobretudo aquelas anteriores a 1º de abril de 1964, faziam parte da articulação em torno da desestabilização do governo de João Goulart. Desde a sua conturbada posse, em setembro de 1961, as direitas⁴ iniciaram forte campanha visando a retirada do Presidente do poder, a partir da alegação de que este permitia a “infiltração” comunista em seu governo (MOTTA, 2002).

O anticomunismo, sentimento de repulsa não só aos comunistas, mas também a qualquer ideia que ameaçasse o *status quo*, colaborava para a coesão dos diversos segmentos à direita do espectro político. Se em agosto de 1961 o apoio a legalidade e a posse de Goulart demonstravam as fortes divisões nas direitas, o mesmo não ocorria em março de 1964 (FERREIRA; GOMES, 2014). Pode-se dizer que a partir de fins de 1963 e início de 1964, tendo em vista a polarização acentuada pela qual o país atravessava, as direitas deixaram as divergências de lado e uniram-se em torno do combate as esquerdas e da derrubada do governo Goulart (MENDES, 2005).

Destaco três grupos que estiveram fortemente envolvidos com o desgaste do governo, desde 1961: empresários articulados ao complexo IPES/IBAD⁵; militares influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional; e grupos expressivos da União Democrática Nacional (UDN).

Entre os empresários, podemos situar grandes jornais do eixo Rio-São Paulo que, a cada dia ampliavam espaços em suas páginas ao movimento golpista, ou até mesmo participavam ativamente da conspiração⁶. Conforme Audálio Dantas (2014, p. 67), alguns dirigentes desses veículos participavam ativamente, fazendo questão de alardear

² Utilizarei as expressões comunismo e suas derivações entre aspas para indicar a imprecisão de seus usos por parte das direitas.

³ O Comício da Central do Brasil ocorreu em 13 de março de 1964.

⁴ Penso que o termo “*direitas*”, ao invés de “*direita*”, é o mais adequado tendo em vista a heterogeneidade de grupos e sujeitos situados à direita do espectro político (MOTTA; BOHOSLAVSKY; BOISARD, 2019)

⁵ O cientista político René Armand Dreifuss (1981) realizou importante trabalho no qual analisou detidamente a ação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), demonstrando, de forma original, a participação desses grupos empresariais no golpe de 1964.

⁶ Para os fins do presente artigo, levarei em conta os recortes dos seguintes jornais e revistas disponíveis no Fundo Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), do Arquivo Nacional: *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Diário de Notícias*, *O Cruzeiro* e *Revista Manchete*.

sua condição conspiradora, como foi o caso de Carlos Lacerda com *Tribuna da Imprensa*. Para Dantas (2014, p. 67), esse alinhamento dos jornais com o movimento golpista:

[...] repetia a posição de amplos setores do empresariado, assustados com a possível implantação das reformas de base anunciadas [...] pelo governo de João Goulart [...]. O fantasma da tomada do poder pelo comunismo pairava no ar.

Dessa forma, as empresas jornalísticas cumpriam funções que consideravam legítimas, ao defender seus interesses particulares, como se estes fossem interesses “nacionais”, violados pela então “infiltração comunista” e pela inaptidão de Jango. Conforme Ricardo de Souza Mendes (2005, p. 81), “não que compreendessem que o Presidente fosse comunista. O problema era a presença de um profundo reformismo que cercava parcelas significativas do PTB e do próprio Presidente”. A contribuição desses jornais à desestabilização do governo Goulart tornava-os, em certa medida, instrumentos ideológicos importantes na mobilização de diversos outros segmentos sociais que, por sua vez, sentiam-se partícipes da luta contra o “comunismo”.

Em parte, foi assim que as camadas médias da sociedade brasileira se engajaram no movimento que levou à queda de Jango. Porém, essa explicação não dá conta dos comportamentos desses segmentos naquele contexto. Como bem destacou Cordeiro (2009, p. 45), entender os setores medianos a partir apenas da lógica da manipulação e coerção, despreza universos simbólicos “[...] que fazia com que determinados grupos se identificassem com certos valores e militassem em sua defesa”. Ou seja, se por um lado havia segmentos medianos que, influenciados pelas notícias dos jornais, foram às ruas contra o governo, por outro havia aqueles que trabalharam lado a lado às empresas jornalísticas, como foi o caso das organizações femininas de direita. Sobre a capacidade dos jornais afetarem comportamentos, Héctor Borrat (1989, p. 67; tradução nossa), aponta que estes apresentam:

[...] capacidade de afetar o comportamento de certos atores em um sentido favorável a seus próprios interesses: influi sobre o governo, mas também sobre os partidos políticos, os grupos de interesses, os movimentos sociais [...]. E ao mesmo tempo em que exerce sua influência, é objeto da influência de outros, que alcança uma carga de coerção decisiva quando esses outros são os titulares do poder político.

Vistas por grande parte da historiografia como elaboradoras das “*Marchas da Família*”, essas mulheres serão analisadas como fração que atuou em conformidade com grande parte da imprensa da época, colaborando na “produção do consenso”, como destacou Miguel e Biroli (2017). Não que entendo que foi preciso que se “domesticasse o

rebanho desorientado”, como apontou Chomsky (2014), como se esse fosse passivo às orientações da propaganda. Mas, segundo Chirio (2000, p. 72), em um tipo de consenso, que possui uma característica própria no contexto referido, ou seja, defensiva, na qual significava “[...] livrar a pátria do comunismo, preservando tradições, contra o avanço de ideias estrangeiras”. Para tanto, analiso as notícias em torno dos preparativos para a “*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*” do Rio de Janeiro e o evento propriamente dito.

Direitas em ação: organizações femininas e grande imprensa (1962 e 1964)

As organizações femininas de direita da década de 1960 tinham características semelhantes em sua composição social, visto que eram mulheres provenientes das camadas médias urbanas, e faziam a defesa de três elementos que correspondiam necessariamente a suas concepções de mundo: *a religião, a pátria e a família*. Apresentavam-se no espaço público como mulheres, mães e esposas, seres do espaço privado, do lar, preocupadas com a “comunização” do país que, segundo acreditavam, precisava ser interrompida, pois ameaçava a família brasileira. O comunismo também era representado pelo esfacelamento da nação, posto que seus agentes atuavam em defesa de interesses estrangeiros, e pelo fim da religião cristã. Sobre esse último aspecto, considerável parte das mulheres que perfilavam essas organizações eram religiosas praticantes desde décadas anteriores, atuando em associações católicas de características marcadamente conservadoras.

Em sua maioria eram “donas de casa”, educadas desde muito cedo para as atividades do “lar”, para a educação dos filhos e para atender aos maridos. Quando desempenhavam atividades profissionais fora do ambiente privado, normalmente cabia-lhes a tradicional formação em magistério, vista como profissão feminina por excelência (ROSEMBERG, 2012). Dentro dessas organizações, muitas das mulheres eram familiares, e até mesmo esposas, de empresários do complexo IPES/IBAD e/ou de integrantes das Forças Armadas, notadamente membros de altos postos do Exército⁷.

Não apenas por influência dos homens – empresários e religiosos –, mas por convicções próprias de que o governo Jango, ao defender o amplo leque de reformas,

⁷ Como exemplo, podemos citar a trajetória da professora primária aposentada, Amélia Molina Bastos, irmã do general Antônio de Mendonça Molina, ligado ao IPES, e vizinha do engenheiro e economista Glycon de Paiva, vice-presidente do IPES. Conforme Simões (1985, p. 29), tanto Paiva quanto o general Molina eram conselheiros da CAMDE em 1964.

colocaria em risco o lema “*Deus, Pátria e Família*”, é que se assistiu ao surgimento desses grupos. Destacarei três grupos femininos em que consegui verificar maior relação entre as associadas e as empresas jornalísticas⁸.

O primeiro deles foi a *União Cívica Feminina* (UCF), criado em fevereiro de 1962 na cidade de São Paulo (SESTINI, 2008). A decisão em torno da criação da UCF, segundo os relatórios da entidade, se deu por conta de conferências proporcionadas pela Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), cuja direção cabia ao ativista ipesiano Wladimir Lodygensky, nas quais se falava constantemente da “manobra comunista” em curso no Brasil (SIMÕES, 1985, p. 28). As relações entre a UCF e os órgãos de imprensa podem ser demonstradas pela presença, entre suas militantes, de Maria Mesquista Motta e Silva que, além ter presidido Movimento de Arregimentação Feminina (MAF)⁹, pertencia à família proprietária do jornal *O Estado de São Paulo*; e de Antonieta Pelegrini, irmã de Julio de Mesquita Filho, e presente na diretoria da entidade. As aproximações entre *O Estado de São Paulo* e a UCF atestam que, além da forte propaganda anti-Jango, o empresariado conspirava intensamente ao lado desses grupos¹⁰.

As paulistas da UCF tiveram papel importante na fundação de núcleos em outros estados, como a “[...] UCF paranaense, com sede em Curitiba, e núcleos em Ponta Grossa, Paranaguá e Londrina; a UCF de Joinville, de Salvador, de João Pessoa e Goiânia” (SIMÕES, 1985, p. 29). Colaborou ainda para fundação do Movimento Democrático Feminino, em Fortaleza, da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), em Florianópolis e da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), em Porto Alegre.

Das inúmeras manifestações públicas realizadas pela UCF, a principal delas foi a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em 19 de março de 1964, na cidade de São Paulo. Segundo Solange de Deus Simões (1985, p. 105), essa marcha dedicada ao padroeiro da família e da Igreja Universal, São José, foi a primeira das inúmeras manifestações que percorreram o país¹¹. Conforme Presot (2004, p. 59), cerca de 500 mil

⁸ Há outros dois grupos, não menos importantes: a *Liga da Mulher Democrata* (LIMDE), de Minas Gerais, e a *Cruzada Democrática Feminina*, de Pernambuco (CDF). Sobre o caso das mineiras, ver: Starling (1986).

⁹ O MAF foi uma organização feminina anticomunista que surgiu na primeira metade da década de 1950, em São Paulo.

¹⁰ Em 2005, o jornalista e neto de Julio de Mesquita Filho, Ruy Mesquita, afirmou, em nome do jornal *O Estado de São Paulo*, que não apenas apoiou como conspirou, em 1964.

¹¹ Em pesquisa realizada sobre essas manifestações públicas, Aline Alves Presot (2004) levantou 69 marchas entre março e junho de 1964.

pessoas congestionaram as ruas da capital paulista em manifestação pública pela derrubada do Presidente. A marcha de São Paulo foi promovida por cerca de oitenta entidades, sendo a UCF a principal organizadora, e contou com a participação de 300 delegações de municípios do interior, além da presença das primeiras-damas de São Paulo, da Bahia, do Paraná, do Rio Grande do Sul e da Guanabara.

A reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, de 20 de março de 1964, intitulada “*Multidão deixou os políticos à margem*”, mostrava o evento como ato patriótico, cívico, exemplar, que devia ser reverenciado. Parte da imprensa não escondia sua filiação a posturas conservadoras, tais como a desses grupos femininos, estando disposta inclusive a mobilizar a população em comparecer a outros atos semelhantes pelo país. Discursos anticomunistas, que associavam Leonel Brizola a Fidel Castro, tomaram espaço em diversos momentos do desfile, como pode ser visto nas declarações do senador Benedito Mário Calazans (UDN)¹², publicadas na revista *O Cruzeiro*:

Hoje é o dia de São José, padroeiro da Família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da República que o Brasil quer a democracia e não o tiranismo vermelho. Aqui está a resposta ao plebiscito da Guanabara: não! Não! E não! (PAULISTAS, 1964, [s.p.]).

Percebe-se nas declarações de Calazans: 1) a ideia de responder ao governo em relação ao Comício da Central do Brasil, ocorrido em 13 de março de 1964; 2) os “ecos” da Revolução Cubana sobre o continente latino-americano, na medida em que associava à imagem de Fidel Castro à tirania; e 3) a associação da manifestação como um ato cristão, da família e do bem, contra a tirania, a maldade, dos não cristãos, como Brizola. Cabe notar que tais declarações, veiculadas na imprensa da época, inclusive em espaços de destaque nos periódicos, como capa e contracapa, colaboravam na mobilização dos segmentos populares da sociedade.

Meses após a constituição da UCF surgiu, em junho de 1962, a *Campanha da Mulher pela Democracia* (CAMDE), no Rio de Janeiro¹³. O movimento, contudo, logo se espalhou por outros bairros, assim como para outras cidades do estado e do país, como Niterói e Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro; Florianópolis, em Santa Catarina¹⁴; e

¹² Pertencente desde muito jovem aos segmentos mais conservadores do catolicismo, Calazans era padre. Como político, atuou como deputado estadual e senador pela UDN-SP.

¹³ Segundo Simões (1985, p. 29-32), as ações da CAMDE já ocorreriam antes mesmo de seu lançamento, em 12 de junho de 1962.

¹⁴ Restam ainda dúvidas quanto às influências exercidas pela CAMDE-RJ e pela UCF-SP em relação à fundação da CAMDE, em Florianópolis.

Juiz de Fora, Araxá, Uberaba e Itajubá, em Minas Gerais. Conforme Janaina Martins Cordeiro (2009, p. 46), a CAMDE organizou uma série de atividades com objetivo de alarmar a população sobre os perigos do “comunismo” e, conseqüentemente, do governo Jango. Em um de seus manifestos divulgado em *O Globo*, procuravam diagnosticar a situação política, incentivando as mulheres brasileiras: “a defenderem seus lares e seus filhos num movimento de preservação do lar e da família que estariam ameaçados por uma minoria subversiva” (A MULHER BRASILEIRA, 1962, [s.p.]). Vale ressaltar que a CAMDE, quando da realização do Comício da Central do Brasil, por João Goulart, efetuou uma intensa campanha por telefone, pedindo às pessoas para não comparecerem e, especialmente às mulheres, que ficassem em casa e acendessem velas de suas janelas, como sinal de protesto (SILVA, 2002, p. 44).

A mobilização desencadeada pela CAMDE, contudo, não se restringia às elites da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Os atos públicos e demais atividades contaram com apoio de parte dos setores populares. Como mencionado, a associação criou núcleos em outros bairros da cidade, dentre os quais um núcleo na Rocinha. Este aspecto é demonstrativo da mobilização desencadeada pela CAMDE junto aos setores populares no desgaste do governo João Goulart e no decorrer da ditadura civil-militar. Ou seja, o trabalho desenvolvido pelas elites junto aos grupos populares, promovendo cursos, palestras e atividades assistenciais, colaborava, sobretudo, na propagação do anticomunismo e, posteriormente, na defesa da ditadura.

Em seu trabalho sobre a CAMDE, Cordeiro (2009, p. 48-50), assinala as estreitas relações entre o jornal *O Globo* e a CAMDE, inclusive relações pessoais. Além das manifestações publicadas da entidade publicadas no periódico, Cordeiro chama atenção para o lançamento oficial da CAMDE, em 11 de julho de 1962 no auditório do jornal *O Globo*, espaço que “[...] lhes foi oferecido pelo próprio diretor do periódico, Rogério Marinho”. A sintonia entre a entidade e o periódico poderia ser vista na edição do dia seguinte ao lançamento da organização, em que *O Globo* dedicou as primeiras páginas a noticiar: “*A mulher brasileira está nas trincheiras*”. O texto anunciava que as mulheres debatiam a situação nacional, condenando, sobretudo, a política externa do governo João Goulart que reatava as relações diplomáticas com a União Soviética, permitindo a “infiltração comunista”. Para Cordeiro (2019, p. 49), *O Globo*, diferentemente de outros veículos de comunicação, deu destaque às ações da CAMDE para além do momento de sua divulgação, visto que “se observarmos os manifestos divulgados na imprensa brasileira por esta entidade entre 1964 e 1969, veremos que a quase totalidade deles foi

publicada neste periódico, dando ampla cobertura às ações empreendidas pela CAMDE”. Importante lembrar, conforme destacou Cordeiro (2019, p. 186), que em abril de 1964 o jornal *O Globo* concedeu o título de *mãe do ano* a Amélia Molina Bastos, pois esta agregava as qualidades maternas e femininas defendidas pelo periódico e pelas organizações femininas de direita: “mulher cristã, professora primária, aposentada, dedicada à família, a Deus e aos cuidados com o próximo”.

Mais ao sul, na cidade de Porto Alegre, sob a orientação da UCF de São Paulo, foi fundada em 14 de março de 1964 a *Ação Democrática Feminina Gaúcha* (ADFG). Da mesma forma que a CAMDE, as gaúchas estavam atuando muito antes de sua fundação, sobretudo em escolas, promovendo palestras e cursos com objetivos de discutir os “problemas nacionais” (CHAVES, 2017). Não temos certeza quanto à data de seu primeiro aparecimento, mas sabe-se que em 4 fevereiro de 1964, as militantes da ADFG manifestaram-se na imprensa gaúcha preocupadas com as declarações provenientes da Igreja Católica, precisamente a partir das denúncias realizadas pelo Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, que em janeiro do mesmo ano alarmava a população sobre a “infiltração comunista” na Igreja através da Ação Popular (AP).

[...] embora sempre tenhamos trabalhado anonimamente, mas sem esmorecimentos pela pátria, agora mais do que antes, estamos atentas aos rumos que vai tomando a crise político-social brasileira de imprevisíveis consequências orientada pelo marxismo-leninismo doutrina e táticas materialistas, visando exterminar os direitos essenciais da pessoa humana (ESTAMOS ATENTAS, 1964, p. 4).

O manifesto, uma espécie de declaração de apoio a Scherer, ocupava algumas das principais páginas do jornal *Diário de Notícias*, demonstrando que tanto o periódico quanto as gaúchas da ADFG estavam empenhados no trabalho de desgaste do governo João Goulart. Esse trabalho constante realizado pelo jornal pode ser atestado em 8 de março de 1964, quando este destinou a manchete de capa às atividades que vinham sendo desenvolvidas pela ADFG (MULHERES GAÚCHAS, 1964, capa).

A posse da diretoria da ADFG ocorreu em 20 de março de 1964, no Salão de Atos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde compareceram deputados estaduais e federais, vereadores, empresários, grupos católicos e a primeira-dama do estado do Rio de Grande do Sul, Judith Meneghetti (CHAVES, 2017). A escolha da PUCRS estava ligada ao fato de que muitas das militantes da ADFG teriam circulado anteriormente pela universidade, proferindo palestras e cursos juntamente com membros do IPES, seção Rio Grande do Sul. Na ocasião da posse, o discurso de uma de suas associadas, Ecilda Haensel, publicado no *Diário de Notícias*, reproduzia a maneira

pela qual as militantes da ADFG entendiam sua participação como mulheres na luta contra o “comunismo”, assim como transparecia a maneira como o próprio jornal se apresentava nessa discussão.

[...] como tal – a mulher deve participar dos problemas nacionais, deve participar desta luta ideológica que se trava [...] as sociedades estão divididas em dois grupos: cristãos e materialistas. Nós, mulheres do Brasil, devemos lutar para que somente o cristianismo triunfe [...] devemos dar o pão material aos humildes, mas defender suas almas do socialismo ateu (INTEGRADAS, 1964, [s.p.]).

Interessante observar que as atividades dos grupos femininos foram publicadas pela grande imprensa da época, afinal as perspectivas que tinham em relação ao governo eram quase as mesmas, ou seja, que este estava “tomado” por “comunistas” e era preciso agir para conter esse avanço “maléfico”. Era um trabalho em conjunto que envolvia ações de rua, com atos e demais manifestações de repúdio ao governo, e intensa propaganda veiculada pelos órgãos de imprensa mencionados. De modo geral, reproduziam discursos representativos de suas visões de mundo, próprios de segmentos das direitas, e serviam como instrumentos eficazes dessa propagação. Essa que, por sua vez, acabava reproduzindo visões homogêneas dos acontecimentos, apresentados como a própria realidade, colaborando com a superação, naturalização e reprodução de estereótipos, estando assim, “[...] numa posição-chave nas disputas pela representação do mundo social” (MIGUEL; BIROLI, 2017, p. 121). Nesse sentido, grande parte da imprensa não só era “porta voz” das manifestações das inúmeras entidades criadas nesse período, como veremos no caso da *“Marcha da Família com Deus pela Liberdade”* do Rio de Janeiro, como fazia parte das manifestações como “ator político”, difusor de determinada visão de mundo em detrimento de outras.

Preparando a “Marcha”

Depois da manifestação de São Paulo, outras “marchas” foram marcadas para acontecer nos dias seguintes, em diversas cidades do país. Na avaliação dos grupos femininos, entidades empresariais, militares e imprensa, a “marcha” paulista foi um sucesso ao mobilizar público heterogêneo que respondeu às investidas “comunizantes”

do governo. Portanto, cabia principalmente às entidades femininas organizarem atos semelhantes nas capitais e em cidades do interior¹⁵.

Portanto, a cidade Rio de Janeiro também teve sua “marcha” marcada. O evento, organizado pela CAMDE, aconteceria no centro da cidade, no dia 2 de abril. Assim, desde o dia 24 de março alguns jornais da grande imprensa, principalmente *O Globo*, noticiavam os preparativos para a manifestação com visível apelo para que a população da cidade comparecesse. O fluxo intenso de temas, como as marchas que aconteciam em outras cidades, os preparativos para a manifestação no Rio de Janeiro e as críticas constantes ao governo, fazia parte de um conjunto de normas e valores que definiam/definem o que era noticiável e quem compunham/compõem a notícia, conforme destacou Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli (2017). Assim, o jornal *O Globo* faria essa distinção na medida em que tornava visíveis as militantes da CAMDE que organizavam a manifestação. Nos cartazes espalhados pela cidade e publicados nos jornais, em que convocavam os cariocas, a principal frase era: “Em nome de sua fé religiosa compareça com sua família” (A MULHER CARIOCA, 1964, [s.p.]). As atividades preparatórias para a “*Marcha*” contemplavam desde reuniões da CAMDE, onde se buscavam mobilizar outras mulheres para ajudar na organização da manifestação, até a adesão de outras entidades como sindicatos, organizações estudantis, grupos católicos, comerciantes, trabalhadores e etc. O clima de euforia pode ser visto na publicação de *O Globo*, em 24 de março, da seguinte maneira:

Em sua sede, na Casa N. S^a da Paz, a CAMDE trabalha ativamente na organização da grande manifestação democrática, à frente da qual estará o Marechal Dutra. Aumenta dia a dia o apoio popular à iniciativa. Voluntárias oferecem-se para levar convites às fábricas, sindicatos, escritórios e escolas (A MULHER CARIOCA, 1964, [s.p.]).

Na mesma publicação, com o argumento de que a “*Marcha*” era apartidária, Amélia Molina Bastos fazia a defesa da intervenção das Forças Armadas como forma de salvar o país do “perigo comunista”: “a Sra. Amelinha Bastos, presidente da CAMDE, explica que a “*Marcha*” será apartidária. “É preciso observar – sobrepôr à democracia, a Pátria, o regime, às paixões políticas, até que não haja mais perigo. Depois, arrumaremos a casa” (A MULHER CARIOCA, 1964, [s.p.]). A imprensa, ao reproduzir a fala de

¹⁵ Outras cidades tiveram seus atos marcados ainda para o mês de março, e contaram com a divulgação pela imprensa, sobretudo dos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Globo*: Araraquara (21/03/1964), Assis (21/03/1964), Bandeirantes (24/03/1964), Santos (25/03/1964), Itapetininga (28/03/1964), Atibaia (29/03/1964), Ipaçu (29/03/1964), Tatuí (29/03/1964) e São João da Boa Vista (01/04/1964). Para um quadro mais detalhado, ver: Presot (2004)

Amélia Bastos, pretendia conquistar público para o movimento que, segundo compreendiam, faria a defesa da Constituição e da democracia, em oposição ao “comunismo”, alertando seus leitores para as intenções “ditatoriais” do governo Jango. Como destacou Mendes (2005, p. 246), “para parcelas significativas da opinião pública, era o governo que então buscava romper com a legalidade”. Ou seja, a imprensa e os grupos femininos de direita tinham posição partidária muito bem situada e, assim como afirmou Miguel e Biroli (2017), expressa ativamente.

Na reunião preparatória, realizada em 23 de março, a CAMDE além de arregimentar novas associadas, solicitou que “[...] todas as mães de família do Rio [...] divulguem o movimento” (A MULHER CARIOCA, 1964, [s.p.]). A notícia foi de que, após esse pedido de apoio por parte da CAMDE, imediatamente inúmeras outras mulheres se apresentaram para levar o convite às fábricas, aos sindicatos, aos escritórios e às escolas. Ao divulgar em detalhes o pedido e o “contagante” apoio concedido a organização da “*Marcha*”, o jornal *O Globo* não escondia sua visão acerca dos acontecimentos, uma vez que transcorria em suas páginas a ideia de que era um “movimento nacional”, de características “populares”.

O “voluntarismo” da CAMDE, a ânsia por movimentar a cidade do Rio de Janeiro a partir da “*Marcha*”, fica claro no pedido feito por Amélia Bastos para que as filiadas à CAMDE “[...] que dispusessem de automóveis os pusessem à disposição, uma vez que, como reação, os comunistas poderiam tentar uma greve no transporte” (A MULHER CARIOCA, 1964, [s.p.]). A forma pela qual foram encaminhados os pedidos às mulheres presentes na reunião transparecia a ideia de luta contra os “comunistas”, de que precisavam defender o país. Por isso, Amélia Bastos ainda solicitava às companheiras: “Levem também velas [...], pois não me admirarei se houver também corte de luz. Até a falta de gás deve ser encarada como uma possibilidade” (A MULHER CARIOCA, 1964, [s.p.]). Esse clima alarmista noticiado em larga escala tivera alcance impressionante, como será visto nas notícias após o evento, quando as ruas do centro da cidade foram tomadas por uma “multidão”. Essa intensidade com a qual o tema da “*Marcha*”, repleto de elementos do anticomunismo, foi noticiado pode ser visto como um “agendamento midiático”, apontado em McCombs (2009), no qual a exposição constante de tal assunto, a médio e longo prazo, reflete não só a maneira como a mídia pauta assuntos da esfera pública, como também influencia, em grande medida, no que as sociedades devem pensar. Conforme McCombs (2009, p. 62).

O agendamento é consideravelmente mais que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são poderosos papéis do agendamento.

As conversas entre as organizações que promoveram o ato eram noticiadas como forma de demonstrar o evento como “apartidário” e em defesa dos “interesses nacionais”. No entanto, a imprensa “esquecia” de mencionar a presença de políticos, como membros da UDN e do PSD, de militares e empresários, no evento. A defesa de que seus trabalhos não eram politizados, foi uma das características dessas organizações femininas de direita, pois, segundo Cordeiro (2019, p. 180), “[...] se apresentavam, primordialmente, como seres privados [...], e não como seres políticos, públicos”.

A descrição do “sucesso” das marchas em outros estados do Brasil e a ajuda de outras agremiações na realização da manifestação no Rio de Janeiro é exemplar dessas conexões que perpassavam o local. Isso pode ser comprovado nas declarações de associações de outras cidades que marcavam presença: “O grupo resolveu também organizar uma caravana de 500 pessoas para participar da ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’ no Rio” (A MULHER CARIOCA, 1964, [s.p.]).

As notícias sobre os preparativos divulgadas em *O Globo* tinham espaço reservado no periódico, que, por sua vez, buscava conquistar juntamente com a CAMDE o apoio da população. Em “A ‘Marcha da Família’ empolga todos os setores da população”, publicado em 25 de março, o jornal *O Globo* descrevia que a “Marcha” aglutinaria todos os brasileiros, independentemente de suas religiões e/ou condições sociais (A “MARCHA DA FAMÍLIA”, 1964, [s.p.]). A notícia era resultado dos trabalhos da CAMDE e do apoio que o periódico lhe conferia, pois havia conseguido mobilizar cerca de “[...] 600 senhoras que se desdobram dia e noite para organizar a ‘Marcha’” (A “MARCHA DA FAMÍLIA”, 1964, [s.p.]).

A adesão à “Marcha” foi sendo percebida a cada reunião realizada pela CAMDE, quando recebiam notícias de que “[...] personalidades de todo o Brasil, virão ao Rio especialmente para acompanhar o movimento e dar sua solidariedade ao esforço realizado pelas mulheres desta cidade” (A “MARCHA DA FAMÍLIA”, 1964, [s.p.]). Contudo, o objetivo da CAMDE era também atingir os trabalhadores das fábricas, as donas de casa dos subúrbios cariocas e seus filhos. Para tanto, visitaram fábricas e subúrbios “[...] para distribuir tarefas e panfletos de modo que toda esposa, mãe e filha compareça a manifestação” (A “MARCHA DA FAMÍLIA”, 1964, [s.p.]). O efeito dessa mobilização pode ser corroborado pela fala do presidente do Sindicato dos

Trabalhadores da Construção Civil, Arnaldo Rodrigues Coelho: “Não temos dúvida de que os trabalhadores democratas apoiarão qualquer movimento dessa natureza que defenda a família e sua religião. Deveremos todos participar da ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’” (A “MARCHA DA FAMÍLIA”, 1964, [s.p.]).

A presença de entidades católicas foi recorrente em muitas das marchas. No caso do Rio de Janeiro estava também prevista a presença da Federação das Congregações Marianas, a partir da sua principal liderança, João Fortes, e da Confederação Católica que, pelas palavras de seu presidente, o deputado Eurípedes Cardoso de Meneses, acreditava que esta teria “[...] o mesmo brilho e entusiasmo da que se realizou em São Paulo” (A “MARCHA DA FAMÍLIA”, 1964, [s.p.]). Meneses destacou que:

Esse movimento democrático e apartidário, em boa hora marcado pela mulher brasileira, é como um “cardiasol” moral e despertar a Pátria mergulhada na apatia e um incentivo aos homens para que se ergam e cumpram seu dever, enfrentando [...] o totalitarismo escravocrata que nos esmaga (A “MARCHA DA FAMÍLIA”, 1964, [s.p.]).

A luta contra o “comunismo” era de “todos” e “todas”, enfatizavam as organizadoras da CAMDE. Eles, os “vermelhos”, estavam espalhados pelas ruas e prontos para sabotar os atos patrióticos, como foi alertado em reuniões. Esse tipo de alarde foi feito por Edite Pinheiro Guimarães, que afirmava o seguinte: “temos que ir para a rua, sem pensarmos se isso é incômodo ou cansativo. Não se combate comunismo no “bem bom” de dentro de casa. Se os comunistas saem à rua, nós também vamos para a rua. Não tememos agitadores” (A “MARCHA DA FAMÍLIA”, 1964, [s.p.]).

Os trabalhos foram se intensificando, na medida em que se aproximava da data marcada. Em *“Na Marcha da Família o carioca expressará seu repúdio ao comunismo”*, publicado em 28 de março, no jornal *O Globo*, as notícias eram de que as organizadoras haviam distribuído volantes por diversas partes da cidade (NA MARCHA, 1964, [s.p.]). Parte desse material, reproduzido no jornal, fornece a maneira pela qual o ato foi apresentado ao público:

[...] o movimento é de caráter cívico-religioso, destinado a reafirmar os sentimentos do povo brasileiro, sua fidelidade aos ideais democráticos e seu propósito de prestigiar o regime, a Constituição e o Congresso, manifestando frontal repúdio ao comunismo ateu e antinacional (NA MARCHA, 1964, [s.p.]).

Portanto, as notícias que circulavam, especialmente as publicações do jornal *O Globo*, buscavam, em comum acordo com as organizações femininas, divulgar o evento como algo acima dos interesses políticos partidários, em defesa da “democracia” e contra

o “comunismo”. Dessa forma, grande parte da imprensa se apresentava como “apartidária”, “porta-voz” dos interesses nacionais, dos reais sentimentos do povo brasileiro. No entanto, como destacou Héctor Borrat (1989, p. 67; tradução nossa), o jornal é um ator político “[...] posto em interação com outros atores do sistema social”. Borrat (1989) entende como ator político todo ator coletivo e individual capaz de afetar o processo de tomada de decisões no sistema político. Portanto, a falsa ideia de “neutralidade”, na qual *O Globo* se amparava, escamoteava as relações amistosas entre a CAMDE e a empresa, e os reais interesses empresariais diante da grave crise econômica pela qual o país atravessava. Desde 1962, a posição crítica do jornal *O Globo* em relação ao governo pode ser vista em seus inúmeros editoriais, em que responsabilizava João Goulart pela intranquilidade e instabilidade financeira. Da mesma forma é o que ocorre em relação à ideia de que esses jornais partem de uma pretensa “objetividade”, para a definição discursiva e das práticas jornalísticas. Essa “objetividade”, segundo Miguel e Biroli (2017, p. 62), deve ser vista, por um lado, “[...] como um dispositivo que tem papel central na legitimação de discursos hegemônicos no jornalismo, na apresentação de julgamentos como fragmentos de realidade transpostos para o noticiário” que, por sua vez, naturalizam determinadas compreensões da realidade. Portanto, a “*Marcha*” tão noticiada pela imprensa, principalmente pelo jornal *O Globo*, não deve ser pensada ingenuamente como um “espelho” fiel à realidade externa, afinal tais prática “objetivas” foram marcadamente postas de lado pelo periódico.

A “*Marcha da Vitória*” em notícias

Como a manifestação aconteceu após o golpe de 31 de março de 1964, seu caráter modificou-se, transformando-se em um “desfile comemorativo”. Apresentada por parte da imprensa como uma “festa oficial”, a “*Marcha*” do Rio de Janeiro não se constituía mais em um espaço de julgamentos de um governo que colocava em risco o regime político, mas em um ato de celebração, que afirmava e legitimava um “novo momento histórico”, um “novo regime político”.

Dessa forma, em 2 de abril de 1964, um pouco mais de quatro horas da tarde, nas proximidades da Candelária tinha início a “*Marcha da Vitória*”. Era um “festejo”, um espaço em que se procurava unir a população contra o inimigo comum, o “comunismo”, e “brindar” a vitória dos “revolucionários”.

Das diversas ruas do centro da cidade chegavam homens e mulheres que, segundo estimativas da época, somavam cerca de um milhão de pessoas¹⁶. O trajeto do desfile foi de dois quilômetros, se estendendo da Praça Pio X, percorrendo as avenidas Rio Branco e Almirante Barroso até a Esplanada do Castelo. Antes da passeata foram executados o Hino Nacional e o do estado da Guanabara (MAIS DE 800 MIL, 1964, [s.p.]). Em frente à “*Marcha*” havia um automóvel da Rádio Nacional que transmitia a manifestação para todo o país. Conforme reportagem da época *Revista Manchete* “[...] desfilavam grandes personalidades da política nacional, como o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, que acenava para a multidão, os deputados Amaral Peixoto e o general Olímpio Mourão Filho” (REVISTA MANCHETE, 1964, p. 04), além do governador da Guanabara naquele momento, Carlos Lacerda, que, conforme o jornal *O Dia*, “*não se conteve e chorou de emoção*” (AS FOTOGRAFIAS, 1964, [s.p.]). Estiveram também presentes as primeiras-damas de São Paulo, Guanabara e Mato Grosso, Leonor de Barros, Letícia Lacerda e Maria Elisa Bocaiúva Correia Costa. A “*Marcha*” também contou com a presença de importantes nomes da Igreja Católica brasileira, como monsenhor Bessa, representando o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, e os padres Patrick Peyton¹⁷ e Caio Alvim de Castro.

Além dos católicos, marcharam pastores, rabinos e umbandistas. O objetivo era “universalizar” o apelo ideológico do evento, agregando um número importante de indivíduos que tinham em comum a defesa da família, da religião e a ojeriza ao comunismo e seus representantes (PRESOT, 2004, p. 24).

Diversos jornais e revistas publicaram de maneira saudosista a “*Marcha*”. Conforme a *Revista Manchete*, por exemplo, a festa:

[...] ficaria gravada na história democrática do país. Ao som de músicas como “Cidade Maravilhosa” e “Bandeira Branca”, e portando velas acesas e lenços brancos, aconteceu o mais impressionante espetáculo cívico até hoje registrado no Brasil (REVISTA MANCHETE, 1964, p. 04).

¹⁶ Mesmo que haja controvérsias acerca dos reais números de participantes, uma vez que a própria imprensa pode ter aumentado as cifras, não se pode negar que foi uma manifestação de grandes proporções.

¹⁷ O padre irlandês Patrick Peyton, da Congregação de Santa Cruz, ficou conhecido como “*o padre de Hollywood*”, pelo gosto por holofotes e multidões. No Brasil, sua forte pregação anticomunista pode ser vista na realização da “*Cruzada do Rosário em Família*”, em 1963, que contribuía também para a desestabilização do governo de João Goulart. Para a realização da “*Cruzada*”, que percorreria diversas cidades do Brasil, Peyton contou com o apoio da CIA, bem como de setores das direitas brasileiras (GUISOLPHI, 2013).

A publicação da *Revista Manchete*, intitulada de “edição histórica”, trazia em sua capa Carlos Lacerda, como uma espécie de “líder” que “triunfava”, acenando para o público, e uma série de imagens que procuravam retratar o evento como exemplo de “civismo”, com manifestantes portando a bandeira nacional. Sob o título “*Deus, Família e Liberdade*”, a revista concluía que a “Marcha” era “[...] uma verdadeira homenagem às forças armadas [...]” (REVISTA MANCHETE, 1964, p. 02). A *Revista Manchete*, mesmo que diversas vezes tenha aberto suas páginas a João Goulart, estivera desde sempre interessada em lucros, ou seja, era orientada por princípios mercadológicos, como tantos outros veículos de comunicação. Conforme Margarethe Born Steinberger (2005, p. 237), “[...] o pensamento midiático atrela-se à infraestrutura do capitalismo informacional que regulam a produção, a circulação e o consumo da notícia, e, ao mesmo tempo, pela atribuição de valor ao seu próprio produto ao mercado de bens informacionais”.

Durante a manifestação podia-se ver a festa daqueles que acreditavam no fim da “comunização” ou “bolchevização” promovida pelos “comunistas” infiltrados no governo Goulart. Nos cartazes podia-se ler: “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo”, “Estudantes autênticos saúdam a UNE desejando-lhe felicidade nas profundezas do inferno” e “Um, dois, três, Brizola no xadrês” (MAIS DE 800 MIL, 1964, [s.p.]). Essas notícias veiculadas pela imprensa anti-Jango faziam parte de um sistema de atribuição de valor às informações que predispõe à constituição “[...] de um sistema social de percepção e avaliação jornalística dos fatos do mundo”, como pontuou Steinberger (2005, p. 237). Esse sistema, conforme Steinberger (2005, p. 237), se constrói em mentes de leitores, transformando-se em consenso e em pensamento social.

Já eram em torno de 17h30 quando o cortejo se aproximava da Esplanada do Castelo. A multidão da Praça Rio Branco disputava com jornalistas os melhores locais para poderem ver os discursos do palanque que havia sido montado. Nesse local seria finalizada a “*Marcha*” do Rio de Janeiro, mas antes foram realizados discursos e orações em homenagem aos homens que livraram o país do “perigo vermelho” (MAIS DE 800 MIL, 1964, [s.p.]).

Os primeiros a discursarem foram os representantes dos espíritas e dos umbandistas, que advertiam a população dos perigos do “comunismo”. De acordo com *O Estado de São Paulo*, o líder dos espíritas, Milton O’Reilly, salientava aos manifestantes para permanecerem em alerta, “[...] porque esta marcha que hoje encetamos apenas começou e o inimigo continua em nossas portas” (TRÊS PONTOS, 1964, [s.p.]).

Paginação não disponível. Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional). Logo em seguida foi a vez de Fernando Lewinsk, da comunidade judaica de São Paulo, que saudava a população dizendo que o objetivo da “*Marcha*” era agregar as várias religiões que, em conjunto, repudiavam o “bolchevismo”. Aproximadamente às 18h foi a vez do monsenhor Bessa, que, após a oração Ave Maria, comunicava aos manifestantes a mensagem de Dom Jaime: “[...] com esta marcha, Senhor, que é a ‘Marcha da Família com Deus’, nós queremos dizer que repudiamos o ateísmo e o materialismo sob todas as formas” (TRÊS PONTOS, 1964, [s.p.]).

O comício durou aproximadamente duas horas. Além de religiosos, outros manifestantes tomaram a palavra, como representantes de associações de operários, militares e políticos que, como vimos, tinham marcado presença. Mas o ponto mais alto, conforme destacou o jornal *Diário de Notícias*, foi quando se apresentaram Olímpio Mourão Filho, que estendeu a mão direita com um “V” de vitória e discursou: “somos o povo que libertamos”; e Eurico Gaspar Dutra, que, muito aplaudido e em lágrimas, recusou-se a discursar (A MARCHA REÚNE, 1964, [s.p.]).

A descrição da manifestação como um evento “cívico” de grande sucesso, em muitos dos jornais da grande imprensa, demonstra como as notícias influenciavam a opinião pública norteando quais eram os assuntos considerados mais importantes do dia. De acordo com McCombs (2009, p. 129), esse tipo de agendamento, chamado de “agenda de atributos” vai além da escolha de um assunto considerado prioridade. O objetivo, nesse caso da “Marcha” era aprofundar as inclinações da opinião pública em direção de uma perspectiva particular e de uma solução preferencial (McCOMBS, 2009, p. 129).

Conclusão

Não há dúvidas de que significativa parte da imprensa, em acordo com os grupos femininos de direita, mobilizou parcelas da população para as manifestações públicas, como as “*Marchas da Família*”, entre março e junho de 1964.

O excessivo poder concentrador dos meios de comunicação de massa, capaz de forjar políticas, colaborou consideravelmente nesse processo, fornecendo a impressão de certa homogeneidade lógica discursiva (STEINBERGER, 2005; MIGUEL; BIROLI, 2017), como pode ser visto nas descrições da “*Marcha*”. No entanto, é preciso considerar que a mobilização não significava “manipulação/orquestramento” dos grupos dominantes sobre as classes médias e setores populares.

Em relação especificamente a CAMDE, conforme Cordeiro (2009, p. 119), “[...] podemos caracterizar a militância desta associação como uma atuação consciente, fruto da realização de escolhas específicas em favor de determinadas demandas políticas”. É dessa forma que a CAMDE organizou a “Marcha” na cidade do Rio de Janeiro. Isto é, sua atuação se desenvolveu junto à imprensa quando entendiam que seus valores e instituições – *religião, pátria e família* – estariam ameaçados pelo “perigo comunista”. No entanto, parte da imprensa, além de colaborar e incluir em suas páginas as atividades das organizações femininas, como foi visto, reproduzia em editoriais e demais textos os pontos de vista das empresas jornalísticas. Como foi visto eram materiais que acusavam o governo de permitir a “infiltração comunista”, colocando em risco o país. Para tanto, acionavam elementos típicos do anticomunismo empresarial, no qual, por exemplo, associavam nacionalismo e estatismo como forma de apresentá-los negativamente à opinião pública (MENDES, 2004, p. 82).

Nesse sentido, é importante notar a maneira como a imprensa se colocou como “porta voz” da opinião pública, numa intensa construção de sua imagem como “neutra”, “isenta”, em consonância com os apelos da sociedade¹⁸. Conforme Vizeu (2003), estudar esse campo, o jornalismo, “[...] é de fundamental importância para entendermos de que forma a mídia contribui diariamente para a construção da realidade social”. Contudo, é preciso ir além e pensar nas variações na imprensa, bem como nos mecanismos internos dessas instituições. O jornal *O Globo*, por exemplo, em agosto de 1961, em plena crise política pela posse do vice-presidente João Goulart, defendeu este e a legalidade democrática, o que foi se modificando ao longo dos anos, até 1964.

Se antes do golpe essas manifestações se constituíam como resposta ao Comício da Central do Brasil, após o 31 de março de 1964 elas converteram-se em “festas”, “comemorações”, que “homenageavam” as Forças Armadas pela queda do governo Jango.

Grande parte da imprensa procurou colaborar com a manifestação, publicando extensas reportagens sobre as atividades preparatórias, entrevistando as organizadoras, e concedendo espaço de destaque em suas páginas aos apelos da CAMDE para que o público comparecesse. Assim foram as reportagens sobre o que havia acontecido em 2 de

¹⁸ Importante destacar o discurso produzido pelo jornal *El Mercurio*, no Chile, entre as décadas de 1950 e 1970, como representante do pensamento chileno. Angel Soto (2003), intelectual conservador que examinou o jornal, não apenas defende a posição do periódico como lhe atribui características democráticas, em contraposição das ideias marxistas, das esquerdas, que se movimentavam com chegada de Eduardo Frei ao poder, em 1965.

abril de 1964, durante a “Marcha”. Grosso modo, eram demonstrações de como grupos femininos e parte da imprensa trabalharam intensamente, compartilhando de elementos do anticomunismo (católico, nacionalista e liberal), e assim colaboraram na construção de consensos em torno do desgaste e da derrubada de João Goulart.

RIGHT WOMEN, PRESS AND THE 1964'S COUP: THE “MARCH” NOTIFIED

Abstract: In this article, I analyze the way in which the great Brazilian press reported on the March of the Family with God for Freedom, which took place on April 2, 1964, in the city of Rio Janeiro. To this end, I first cover the trajectory of the right wing women's groups created since 1962, especially the Women's Campaign for Democracy (CAMDE), and the relationships of these women's associations with some of the main vehicles of communication in Brazil. In a second moment, I check both the preparations for the "March", widely reported by the main newspapers in the country, and the way in which the public act was portrayed by the press. I understand that the women's groups acted in accordance with a large part of the press of the time, in mobilizations that collaborated in the formation of consensus around the destabilization and the fall of the João Goulart government.

Keywords: Press. Rights. 1964's coup.

BONNES FEMMES, LA PRESSE ET COUP D'ETAT DE 1964: LA «MARCHE» NOTIFIEE

Résumé: Dans cet article, j'analyse la manière dont la grande presse brésilienne a rendu compte de la Marche de la famille avec Dieu pour la liberté, qui a eu lieu le 2 avril 1964 dans la ville de Rio Janeiro. À cette fin, je couvre d'abord la trajectoire des groupes de femmes de droite créés depuis 1962, en particulier la Campagne des femmes pour la démocratie (CAMDE), et les relations de ces associations de femmes avec certains des principaux vecteurs de communication au Brésil. Dans un second temps, je vérifie à la fois les préparatifs de la «Marche», largement rapportés par les principaux journaux du pays, et la manière dont l'acte public a été dépeint par la presse. Je comprends que les groupes de femmes ont agi en accord avec une grande partie de la presse de l'époque, dans des mobilisations qui ont collaboré à la formation d'un consensus autour de la déstabilisation et de la chute du gouvernement João Goulart.

Mots-clés: Presse. À droite. Coup d'État de 1964.

Referências

Fontes

A “MARCHA DA FAMÍLIA” empolga todos os setores da população. **O Globo**, Rio de Janeiro, [s.p.], 25 mar. 1964, Paginação não disponível. Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional.

A MARCHA REÚNE um milhão com Deus pela Liberdade. **Diário de Notícias**, São Paulo, [s.p.], 3 abr. 1964, Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional.

A MULHER BRASILEIRA está nas trincheiras. **O Globo**, Rio de Janeiro, [s.p.], 12 jul. de 1962, Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional.

A MULHER CARIOCA prepara a “Marcha da Família”: no dia 2, da Candelária à Esplanada. **O Globo**, Rio de Janeiro, [s.p.], 24 mar. 1964, Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional.

AS FOTOGRAFIAS da “Marcha” dizem tudo! **O Dia**, Rio de Janeiro, [s.p.], 3 abr. 1964, Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional.

ESTAMOS ATENTAS à crise, dizem as mulheres gaúchas a Dom Vicente. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 4, 4 fev. 1964, Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional.

INTEGRADAS as mulheres gaúchas na batalha pela preservação do regime. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, [s.p.], 21 mar. 1964, Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional.

MAIS DE 800 MIL pessoas na Marcha da Vitória. **O Globo**, Rio de Janeiro, [s.p.], 3 abr. 1964, Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional.

MULHERES GAÚCHAS contra a subversão e a desordem. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, capa, 8 mar. 1964, Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional.

MULHERES vão às ruas lutar pelo Regime. **Diário de Notícias**, São Paulo, [s.p.], 22 mar. 1964, Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional.

MULTIDÃO deixou os políticos à margem. **Folha de São Paulo**, p. 9. 20 mar. 1964.

NA MARCHA da Família o carioca expressará seu repúdio ao comunismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, [s.p.], 28 mar. 1964, Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional

PAULISTAS nas ruas dizem não ao comunismo. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, [s.p.], 11 abr. 1964, Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional.

REVISTA MANCHETE. **Edição especial**, abr. 1964.

TRÊS PONTOS culminantes da concentração de ontem no Rio de Janeiro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, [s.p.], 3 abr. 1964, Recorte de jornal do Fundo Campanha Mulher pela Democracia do Arquivo Nacional.

Bibliografia

BORRAT, Héctor. El periódico, actor político. **Análisis**, Barcelona, v. 12, p. 67-80, 1989.

CHAVES, Eduardo dos Santos. "Protetoras da nação": a luta anticomunista da direita feminina gaúcha em tempos de autoritarismo. In: PRIORI, A.; MATHIAS, M.;

FIORUCCI, R. (orgs). **O anticomunismo e a cultura autoritária no Brasil**. Maringá: Prismas, 2017. p. 197-218.

CHOMSKY, Noam. **Mídia, propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CHIRIO, Maud. **Une nouvelle écriture du destin national: la commémoration de l'indépendance du Brésil sous la dictature militaire (1964-1985)**. (Mémoire de Maîtrise d'Histoire) – Université Paris I, Paris, 2000/2001.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. Mães do ano: a Camde e a imagem da mulher nos primeiros anos da ditadura civil-militar. In: FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco Carlos; VANNUCCHI, Marco Aurélio (org.). **O que há de novo sobre o Estado Novo? Autoritarismo e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, v. 1, p. 177-197.

CODATO, Adriano; OLIVEIRA, Marcus Roberto. A Marcha, o Terço e o Livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n.47, p. 271-302, 2004.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.28, n. 80. p. 59-74, 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUISOLPHI, Anderson José. **As Cruzadas do Rosário em Família e a atuação anticomunista do Padre Patrick Peyton no Brasil (1962-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, Vozes, 2009.

MENDES, Ricardo A. Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil. **Lócus** (UFJF), Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 79-97, 2005.

_____. Marchando com a família, com Deus e pela Liberdade. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, p. 234-248, 2005.

_____. Direitas, 1964 e a Doutrina de Segurança Nacional. **Maracanan**, n. 11, p. 115-125, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o ‘Perigo Vermelho’**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

_____; BOHOSLAVSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane (orgs). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 333-359.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação**: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Evelyn Chaves. **Memória, Esquecimento e Imaginário Social nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. (Dissertação de Mestrado).

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOTO, Angel. **El Mercurio y la difusión del pensamiento político económico liberal – 1955-1970**. Santiago do Chile, Centro de Estudios Bicentenario, 2003.

STARLING, Heloísa Murgel. **Os Senhores das Gerais**: os novos Inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia**: jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

VIZEU, Alfredo. O Jornalismo e as teorias intermediárias. In: **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2003, Belo Horizonte. Mídia, Ética e Sociedade - Intercom 2003. São Paulo: Intercom, 2003. p. 56-56.

SOBRE O AUTOR

Eduardo dos Santos Chaves é doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); docente do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Florianópolis.

Recebido em 31/03/2021

Aceito em 21/04/2021